

ADROS, PÁTIOS E CRUZEIROS

Movimento, teatro e persuasão

SQUARES, COURTYARDS AND CROSSES

Dynamics, theater and persuasion

Resumo: O ensaio aborda três pátios de aldeamentos missionários (Jacoca, Preguiça e Pilar) e cinco adros de conventos franciscanos (João Pessoa, Igarassu, Olinda, Salvador e Paraguaçu), datados dos séculos XVII e XVIII, próximos à costa do Nordeste do Brasil. Os casos compartilham o mesmo arranjo espacial – pátio retangular alongado, com construções pequenas nos lados maiores, igreja em uma cabeceira, cabeceira oposta aberta, e cruzeiro localizado no eixo longitudinal. Nesses espaços, analisam-se a implantação, a forma e as relações estabelecidas entre a arquitetura, a cidade e o território, considerando o contexto da forte presença da religiosidade na sociedade, na cidade e território coloniais. Evidencia-se uma analogia entre adros/pátios e as naves das igrejas; e enfatiza-se o papel do cruzeiro, com localização habilmente escolhida, enquanto elemento de articulação da expansão do sentido religioso da igreja conventual por sobre o pátio, o adro e a cidade.

O movimento de expansão e os recursos teatrais são entendidos como meios para atingir a persuasão que motiva a criação dos espaços. Forma aberta, dinâmica e focada; e, paralelamente, teatralidade e persuasão são dois grupos de categorias que permitem situar os espaços estudados no campo da cultura barroca.

Palavras-chave: aldeamento, convento franciscano, adro, pátio, cruzeiro.

This essay focuses on the courtyards of three missions (Jacoca, Preguiça and Pilar) and on five squares in front of Franciscan convents (João Pessoa, Igarassu, Olinda, Salvador e Paraguaçu), dated from 17th and 18th centuries, located near Brazilian Northeastern coast. These cases share the same general layout – a long rectangular courtyard, with small buildings or walls along the larger sides, a church in one of the smaller sides (while the opposite side remains open), and a stone cross (or a wooden one) in the longitudinal axis. For each of those spaces, we analyze the setting, the built form and the relations they establish with the surrounding architecture, the city and territory. The social context of a strong presence of religion in colonial society (and spaces) is also taken into account. We find an analogy between the courtyards/squares and the nave of the churches; we also emphasize the role played by the carefully positioned cross, since it works as a link for the expansion of the sacred meaning of the church throughout the courtyard, the square and the city. The dynamic expansion and the theatrical resources found are seen as means for achieving the persuasion that motivates the very construction of those spaces. Open, dynamic and focused form; as well as theatrical resources and persuasion are two groups of concepts that allow us to consider those spaces as meaningful parts of a baroque culture.

Keywords: mission, franciscan convent, square, courtyard, cross.

Introdução

O papel fundamental da Igreja Católica na formação – o *dar-se forma* – da arquitetura, cidade e território coloniais brasileiros tem sido tratado por inúmeros estudos. A religião, suas instituições e seus agentes têm participado da explicação não só da arquitetura, mas da apropriação, uso e sentido da cidade e do território.

No presente texto, seguimos com a exploração de um pequenino aspecto de tal universo: as inter-relações estabelecidas entre as três escalas citadas, em três pátios de aldeamentos missionários e em cinco adros de conventos franciscanos no Nordeste do

Brasil. Os casos em tela têm em comum a intenção evangelizadora de seus construtores e, além disso, um determinado arranjo espacial. Tal arranjo espacial é um pátio retangular bastante alongado, com construções menores em seus lados maiores, igreja em uma das cabeceiras, a cabeceira oposta aberta, e um cruzeiro no eixo longitudinal. Em estudo voltado para a cidade alagoana de Marechal Deodoro¹, Josemary Ferrare (2012) identificou a existência e difusão desse arranjo, tanto em Portugal como no Brasil, o que aponta para algo análogo ao um *tipo* – ao qual se associam nossos casos.

A atribuição de sentidos aos espaços através da implantação de estruturas construídas foi constante na colonização brasileira, a exemplo do que mostra Acácio Catarino (2007), tratando da escala da paisagem. A abordagem de tais questões pressupõe considerar o contexto social e cultural em que se inserem os espaços. E, de fato, a análise que empreendemos se fundamenta na percepção de que, na colônia, assim como na metrópole, a

[...] religiosidade, longe de ser intimista e individualista, como nos dias de hoje, se manifestava com todo vigor no espaço urbano [...] [A] organização do espaço urbano propriamente dito e de seus equipamentos, assim como alguns elementos de sua forma e de sua disposição, podem contribuir para conferir ou não um valor sagrado a esses espaços. (TEIXEIRA, 2009, p.35)

Em sentido semelhante, Clara Barros aponta que

Assim como o uso do espaço [...] expressa a relação entre a natureza, os homens, a sociedade e os símbolos, também o aldeamento, em sua funcionalidade, permite essa visão, já que expressava as relações entre os homens (indígenas e missionários) e os símbolos que a religião introduzia. (BARROS, 1995, p. 97)

Assim, pátios e adros não são partes inertes da cidade e do aldeamento, adjacentes às igrejas e capelas. Eles estão profundamente imbricados ao cotidiano destas, aos seus usos e sentidos; são solos sagrados que servem para acolher fiéis, realizar procissões e outras encenações e, não menos importante, sepultar os mortos. Rubenilson Teixeira (2009, p. 238) explicita tal caráter ao identificar, nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, uma série de atitudes proibidas nos adros das igrejas, a exemplo da prática do comércio, assinatura de contratos, construção de edificações militares e realização de jogos ou danças profanas. Também era interdito que ali se atassem cavalos e que se fizessem feiras, refeições, execuções, interrogatórios e demais atos judiciais. (VIDE, 1853, p. 265-269)

É em tal contexto que o presente texto propõe-se a investigar situações em que materialidade de pátios e adros participa de progressivos transbordamentos do sentido dos templos, que, por vezes, chegam a alcançar a escala do território. Investigamos os papéis assumidos pela forma desses espaços, enquanto *igreja aberta*; e pelo cruzeiro, enquanto fundamental peça de articulação entre os elementos do conjunto. Retomando as reflexões dos autores citados, buscamos aprofundar a análise do variado trânsito

de escalas, percepções e significados entre capela-mor, nave, igreja, cruzeiro, pátio, adro, aldeamento, cidade e território.

Inicialmente, a partir dos aldeamentos paraibanos da Preguiça, da Jacoca e do Pilar, caracterizamos o arranjo formal *aberto* e *focado* comum aos três lugares, apontando casos similares, e delimitando sua diferença em relação ao *quadrado jesuítico*. Ao mesmo tempo, analisamos os sentidos assumidos e criados pelos pátios e seu cruzeiros.

A seguir, analisamos alguns adros franciscanos, pertencentes a conventos da Província de Santo Antonio. Em Olinda e Igarassu, a localização bastante própria do cruzeiro parece se relacionar com a intenção de agregar o convento com seu adro às vilas que lhe são adjacentes. Os casos de Salvador e João Pessoa confirmam, de forma mais evidente, a hipótese.

Depois, a análise é estendida à relação dos mesmos conjuntos com o território, marcando as possibilidades e limitações do protagonismo visual exercido por cada um dos elementos anteriormente tratados, nesta escala ampliada. O convento do Rio Paraguaçu surge como feito notável da coincidência entre diferentes formas de articulação da arquitetura religiosa ao território.

Finalmente, na conclusão, mostramos como esse conjunto de artefatos, intenções e efeitos se insere em concepções complementares do que seriam uma cidade ou uma cultura barrocas – discussão intencionalmente apartada do desenvolvimento do texto e isolada nesta síntese final.

Ao longo do texto, usamos a palavra *pátio* com o sentido de *espaço aberto ao centro do aldeamento*, enquanto *adro* é o *espaço aberto diante da igreja conventual*. Em ambos os casos, trata-se de sentidos correntes na bibliografia sobre o tema, que procuramos fixar por questões de clareza, evitando assim entrecruzamentos comuns nas definições – entrecruzamentos que apontam para a similitude entre as estruturas em questão.

Esclareça-se, ainda, o problema da utilização da categoria do *urbano* no caso dos pátios dos aldeamentos. Tendo eles economia rural, pequeno porte e no máximo poucas centenas de habitantes (frequentemente menos que isso) a expressão *escala urbana* é utilizada apenas para marcar a diferença em relação à escala da arquitetura; assim como *espaço urbano* é utilizado para diferenciar o pátio aberto, de uso coletivo, do interior das edificações, de uso mais restrito.

Aldeamentos, pátios e cruzeiros

Localizados nas proximidades do litoral da Paraíba, os aldeamentos de N. S. dos Prazeres (Preguiça), N. S. da Conceição (Jacoca) e N. S. do Pilar foram fundados em diferentes momentos, por diferentes missionários². Entre 1762 e 1765, foram transformados

em vilas, no contexto das reformas pombalinas, que incluíram atuação similar por toda a Colônia. Em estudo anterior, já demonstramos a continuidade entre a forma dos aldeamentos paraibanos e a forma assumida pelas vilas que deles resultaram: diferentemente de outras regiões do país, ali as transformações deram-se mais no plano das intenções e da administração do que no espaço urbano propriamente dito. (CARVALHO, 2008, p. 228-230)

A reconstituição dos arranjos físicos desses aldeamentos (a partir de relatos, da cartografia histórica e de sua forma remanescente) revela o padrão apresentado na *Introdução*: disposição geral retangular, bastante alongada, com pátio central; casas formando os lados mais longos; capela no centro de uma das cabeceiras; a outra cabeceira aberta; e cruzeiro no eixo longitudinal³ (Figuras 1 a 3).

Não se observa, portanto, o retângulo fechado jesuítico, costumeiramente referido quando se trata dos aldeamentos do Brasil colonial. (por exemplo, por DEFFONTAINES, 2004, p. 120; TEIXEIRA, VALLA, 1999, p. 223; KATINSKY, 2004, p. 89-90) Se mesmo aquele parece ter variações importantes (advindas da presença ou ausência de numerosas fileiras de habitações para os indígenas), em nossos casos a conjugação e repetição de determinadas características constitui outro modelo, tanto na forma como em seus efeitos perceptivos.

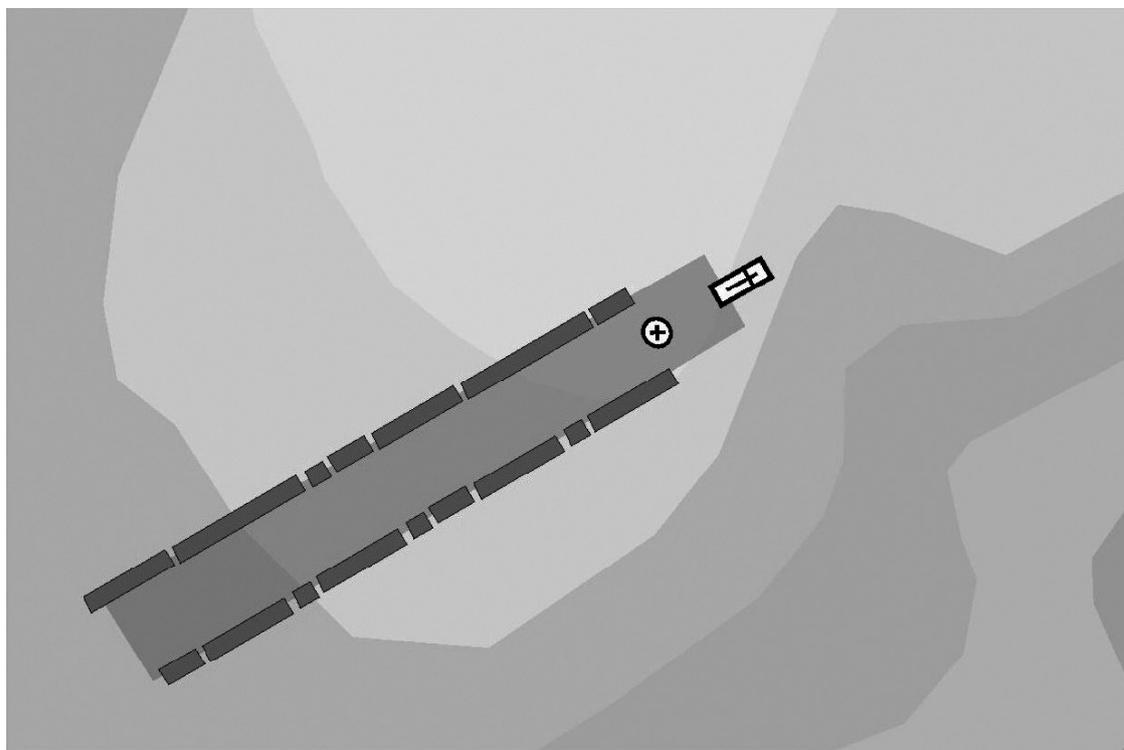


Figura 1: Planta baixa esquemática do aldeamento da Preguiça (N. S. dos Prazeres). Observar o arranjo alongado, a forma aberta, a igreja como ponto focal, a localização do cruzeiro.
Fonte: Carvalho (2008).

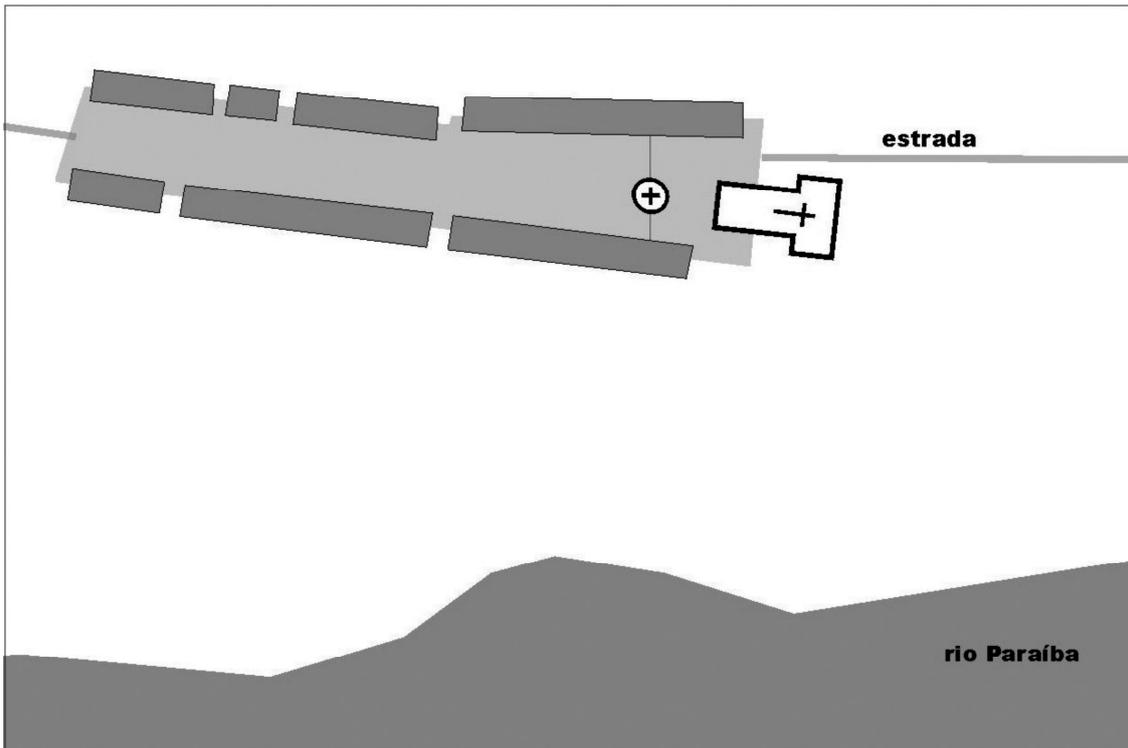


Figura 2: Planta baixa esquemática do aldeamento de N. S. do Pilar. Observar a semelhança com o aldeamento da Preguiça.
Fonte: Carvalho (2008).

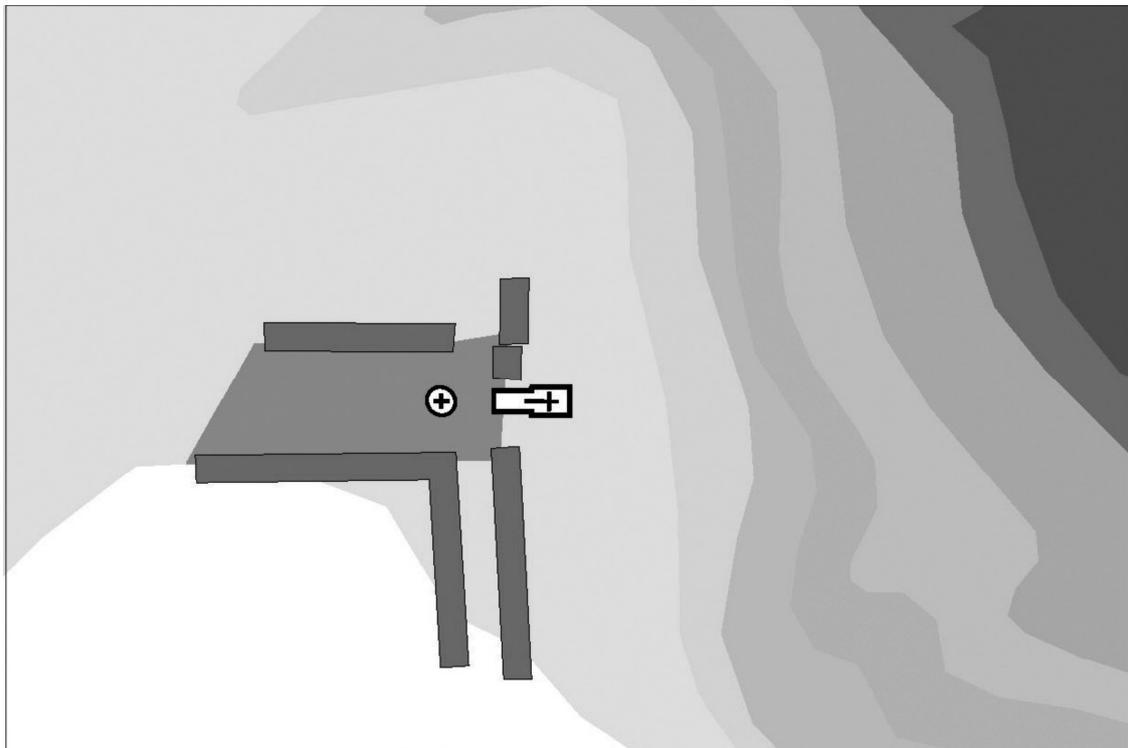


Figura 3: Planta esquemática do aldeamento da Jacoca (N. S. da Conceição). Observar a semelhança com os arranjos anteriores.
Fonte: Carvalho (2008).

O mesmo arranjo dos três aldeamentos se repete em numerosos outros – por exemplo, os de Mipibu, Guajiru e Igramació⁴, no Rio Grande do Norte, e o de Santo André (posteriormente vila de Santarém) na Capitania de Ilhéus. Com efeito, Josemary Ferrare mostra que se trata de uma tradição vinda de Portugal e difundida na Colônia, visível na implantação de santuários, igrejas urbanas e aldeamentos, reunindo as seguintes características:

[...] dimensões possibilitadoras de amplas visadas das igrejas e de agregamento de pessoas para festas religiosas; primazia de enquadrar o grande ícone da religião católica – o edifício da igreja; a similaridade das casas; a relação de ruptura [...] mantida com o único ponto focal de feição ímpar, direcionador e absorvente da atenção sensorial dos utilizadores; e o alongamento longitudinal dos alojamentos [...] que acentuavam a ênfase visual ao edifício-igreja. (FERRARE, 2012, p. 80-81)

Anteriormente, e de forma menos sistemática, Giovanna del Brenna já atentara para a difusão desse arranjo:

No Nordeste e no Norte a igreja, que se situa normalmente num dos lados menores da praça, é sempre ladeada por duas ruas, ou flanqueada por espaços abertos que permitem ao olho ir mais longe. (BRENNNA, 1982/1983, p.141).

A ênfase total no pátio, com todas as edificações voltadas para ele, diferencia este modelo das missões de arranjo mais complexo. Também seus sentidos de axialidade e movimento são mais fortes, em virtude da predominância absoluta de um único sentido de desenvolvimento, no eixo capela > face fazia. A própria ausência de elementos edificadas na face oposta à igreja, os quais poderiam constituir-lhe um mínimo de equilíbrio ou contraponto, intensifica este eixo visual. Assim, neste *pátio longo e aberto*, o dinamismo existente é maior do que no *pátio fechado*.

Aqui, o cruzeiro assume papel preponderante, sempre em frente à capela, no prolongamento de seu eixo longitudinal, aproximadamente coincidente com o eixo do pátio. Por serem objetos com semelhanças de forma e sentido, cruzeiro e capela formam um par; mas por suas dimensões e funções diferentes, tal par está em desequilíbrio; é dinâmico, com claro sentido de direção, transformando o eixo em vetor. Ou seja, o cruzeiro não somente marca a presença da fé *fora* da igreja, *em pleno pátio*; ele traz, fisicamente, o sentido religioso da arquitetura para fora dela, para a escala urbana.

Somando-se ao vetor capela > cruzeiro > face vazia, o próprio arranjo em “U” também não se fecha em equilíbrio, mas se abre à expansão. Assim, visualmente, temos um movimento que, originado na arquitetura religiosa, se derrama para o pátio para o território. A analogia entre experiência espacial e sentido religioso, mais especificamente missionário, é significativa.

Indo além, é importante atentar para o fato de que o arranjo em “U”, além de se abrir para a expansão, simultaneamente recebe os que chegam, e é focado para indicar-lhes

o caminho. Essa forma serve para descrever tanto os pátios, como as naves, como também as capelas-mores das igrejas⁵ dos aldeamentos. Assim, espaços análogos se multiplicam, não de forma concêntrica, mas sequencialmente, uns depois dos outros: o “U” da capela-mor se repete, ampliado, na nave; e a nave, por sua vez, se repete ampliada no “U” do pátio. Assim, o pátio pode ser lido como uma grande nave ou capela, com a fachada da igreja a servir-lhe de retábulo, e o cruzeiro no lugar da mesa do altar (Figura 4). Neste contexto, a narrativa religiosa que culmina no altar-mor da igreja começa fora desta, tendo o pátio como elemento anterior.



Figura 4: Aspecto atual do antigo aldeamento da Preguiça (atual município de Rio Tinto – PB). Observar o foco na fachada da igreja, que ocupa lugar análogo ao do retábulo em uma capela.
Fonte: Fotografia do autor, 2007.

Ao tratar do aldeamento de São Fidélis, no Rio de Janeiro, Clara Barros já havia construído analogia semelhante entre o espaço da igreja e o espaço do aldeamento:

[...] na leitura do espaço sacralizado, no próprio formato do aldeamento, vê-se a cruz inscrita [...]: a nave principal seria o pátio ladeado de construções, as quais possuíam capelas em cada lado que, nas igrejas atuais, são os altares laterais. [...] o lugar do altar era ocupado pela igreja-conventual do aldeamento e o transepto seria o espaço preservado entre a igreja e os alinhamentos das habitações. (BARROS, 1995, p. 85)

Ilacões como essas ganham consistência quando nos lembramos das fortes e amplamente difundidas relações que se construíram entre fachadas e retábulos ao longo da história da arquitetura religiosa, inclusive no período colonial brasileiro.

As considerações feitas também são reforçadas, por contraste, diante dos aldeamentos, cuja elevação a vila implicou remodelações extensas ou refundações a partir de

novos traçados. Nelas, frequentemente surge outra praça, com outra edificação focal (a Casa de Câmara e Cadeia); ou o cruzeiro perde seu protagonismo, dividido com o pelourinho; ou o retângulo alongado é substituído por um mais equilibrado – situações como essas parecem confirmar o quanto as formas presentes na Jacoca, na Preguiça e no Pilar estão associadas ao projeto missionário.

O raciocínio desenvolvido nos leva a corroborar o pensamento de Rubenilson Teixeira, quando ele afirma que:

Enquanto lugar e instrumento por excelência da conversão desejada, o aldeamento deve expressar, em todos os sentidos, a sacralização de natureza cristã. Desse ponto de vista, ele constitui uma entidade inteiramente sagrada. É um espaço especialmente concebido para atingir o objetivo da conversão dos nativos [...] O uso do espaço do aldeamento é o primeiro instrumento da transformação desejada. (TEIXEIRA, 2009, p. 91-92)

Em síntese, nos três aldeamentos analisados, percebemos um movimento de ida e vinda: o sentido religioso se expande desde o retábulo da capela-mor até a totalidade do aldeamento; no sentido inverso, o indivíduo é imerso numa narração com espaços progressivamente sagrados, desde o pátio até o foco último – o retábulo. A intenção evangelizadora é feita matéria nos espaços e edifícios do aldeamento, tendo o cruzeiro como elemento-chave de articulação⁶.

Conventos, adros e cidades

Desde que Germain Bazin (1983) propôs a existência de uma *Escola Franciscana do Nordeste*, conformada pelos treze conventos da antiga Província de Santo Antônio, um dos aspectos constantemente referidos como relevantes em tais sítios tem sido a presença dos adros, com seus cruzeiros. (CAMPELLO, 2001, p. 43, 44, 67; MOURA FILHA, 2009, p. 177; ARAUJO, 2010, p. 55) Em alguns desses conventos, o conjunto formado por igreja, adro e cruzeiro corresponde ao arranjo que analisamos nos aldeamentos. Pode-se mesmo dizer que é nesses lugares – e em outras igrejas urbanas, ausentes de nossa análise – que o *partido triádico* definido por Josemary Ferrare tem os exemplos mais visíveis e mais monumentais de sua difusão pelo Brasil⁷.

Coloca-se uma diferença fundamental em relação aos aldeamentos: aquilo que se pode entender como *urbe* não mais está contido no pátio; diversamente, é um organismo externo ao convento/adro, maior que ele, e também tomado por signos e sentidos religiosos. O estabelecimento religioso se coloca diante de outra instância, que não é mais apenas o território⁸.

Na Província de Santo Antônio, o grau de integração dos adros à malha urbana em que se inserem é bastante variável: ora eles surgem como área fechada, interna à quadra

herdeira da cerca conventual (como em São Francisco do Conde); ora apresentam a situação intermediária de espaço aberto, porém vinculado ao convento (como em João Pessoa, Igarassu e Sirinhaém); e mais frequentemente correspondem a vias ou praças públicas (como em Olinda, Marechal Deodoro, Penedo, São Cristóvão ou Salvador).

Em Recife e Ipojuca, mal é possível falar em adro, em função da exiguidade do espaço hoje existente; em São Francisco do Conde, falta o cruzeiro e, em sua ausência, o adro transformou-se em jardim; em Marechal Deodoro, Penedo e Cairu, embora exista uma área aberta em frente à igreja, marcada pelo cruzeiro e capaz de reunir grande número de pessoas, sua forma é assimétrica e indefinida. Assim, a implantação de tais conventos se afasta do arranjo de que temos tratado.

Em São Cristóvão, a praça retangular que funciona como adro é de tal forma ampla que enquadra todo o conjunto conventual, tendo a Santa Casa de Misericórdia na face adjacente a ele, e a face oposta toda ocupada pela arquitetura civil. Assim, embora indiscutivelmente o convento domine a praça, a presença de outro foco importante e a forma larga e fechada também a afastam dos pátios anteriormente analisados.

Dessa forma, adros comparáveis aos pátios dos aldeamentos paraibanos ocorrem em cerca de metade dos conventos da província: João Pessoa, Igarassu, Olinda, Sirinhaém, Salvador e no Rio Paraguaçu.

Igarassu e Olinda, distantes entre si cerca de 25 km, foram fundadas na mesma época e apresentam semelhanças importantes: a presença de extensas áreas verdes dentro de seu conjunto urbano e o traçado fortemente adaptado à morfologia do sítio. Nas duas cidades, há um afastamento proposital do cruzeiro em relação à igreja conventual, de forma a aumentar sua visibilidade no tecido urbano e, conseqüentemente, a integração do convento à cidade.

Em Olinda, a localização do cruzeiro permite que se o veja ainda antes de fazer a curva da Travessa São Francisco. Ou seja, em termos perceptivos, ele marca o início do espaço sacralizado do adro, mesmo na ausência visual da igreja. A existência do adro e do cruzeiro amplia as conexões do convento com a cidade (Figuras 5 a 7).

Em Igarassu, a localização do cruzeiro o faz visível a partir do largo compreendido entre as atuais ruas Barbosa Lima e Marechal Hermes. Seu distanciamento em relação à igreja marca os limites do adro e articula este ao largo (Figuras 8 e 9).

Tanto em Olinda como em Igarassu, em virtude dos traçados em que se inserem, se os cruzeiros estivessem muito próximos às igrejas, como costuma acontecer nos aldeamentos, eles só seriam vistos por quem se dirigisse especificamente aos conventos. Afastados, eles aumentam sua visibilidade e aproximam o conjunto franciscano de outros espaços da cidade.

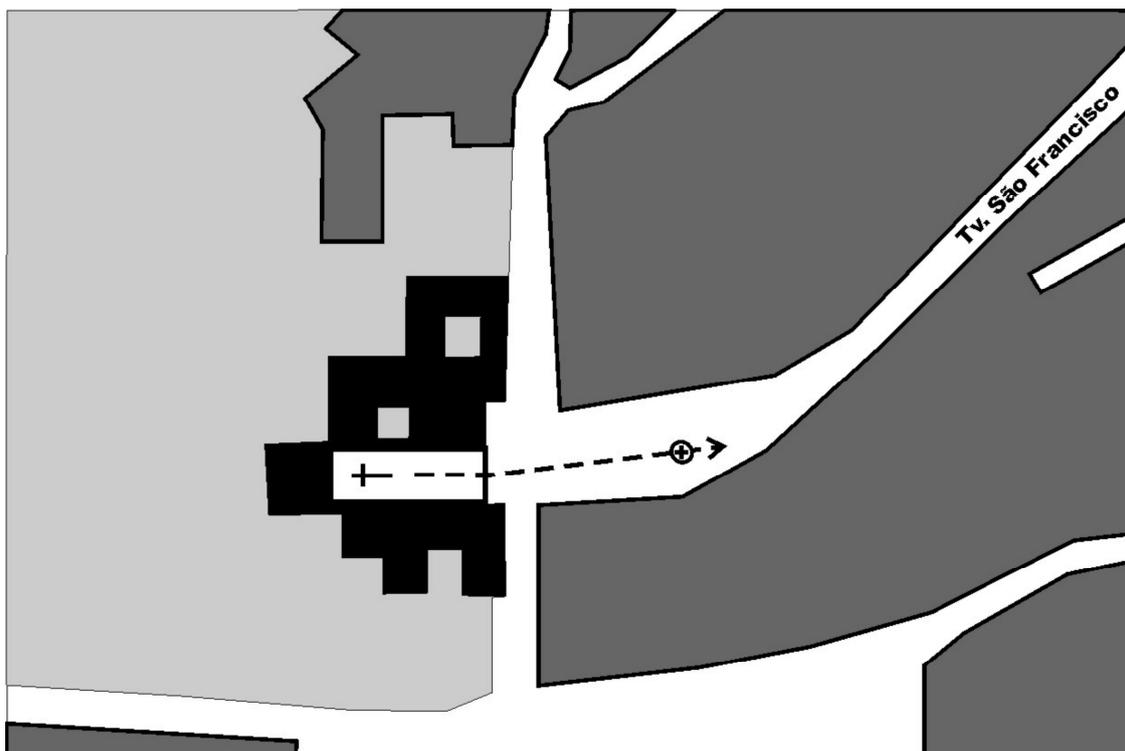


Figura 5: Convento franciscano de Olinda e arredores. Observar a localização do cruzeiro, que permite a visualização a partir da travessa São Francisco, com o menor desvio possível do eixo da Igreja.
Fonte: Desenhado a partir de maps.google.com.



Figura 6: Cruzeiro do convento franciscano de Olinda, visto a partir da Travessa São Francisco. Observar como o cruzeiro surge para o observador antes do convento, marcando o início do espaço religioso do adro, e articulando este à cidade.

Fonte: Fotografia do autor, 2013.



Figura 7: Convento franciscano de Olinda e seu cruzeiro. Observar como o cruzeiro se lança para a frente, criando o espaço sacralizado do adro entre ele e a igreja.
Fonte: Fotografia do autor, 2013.

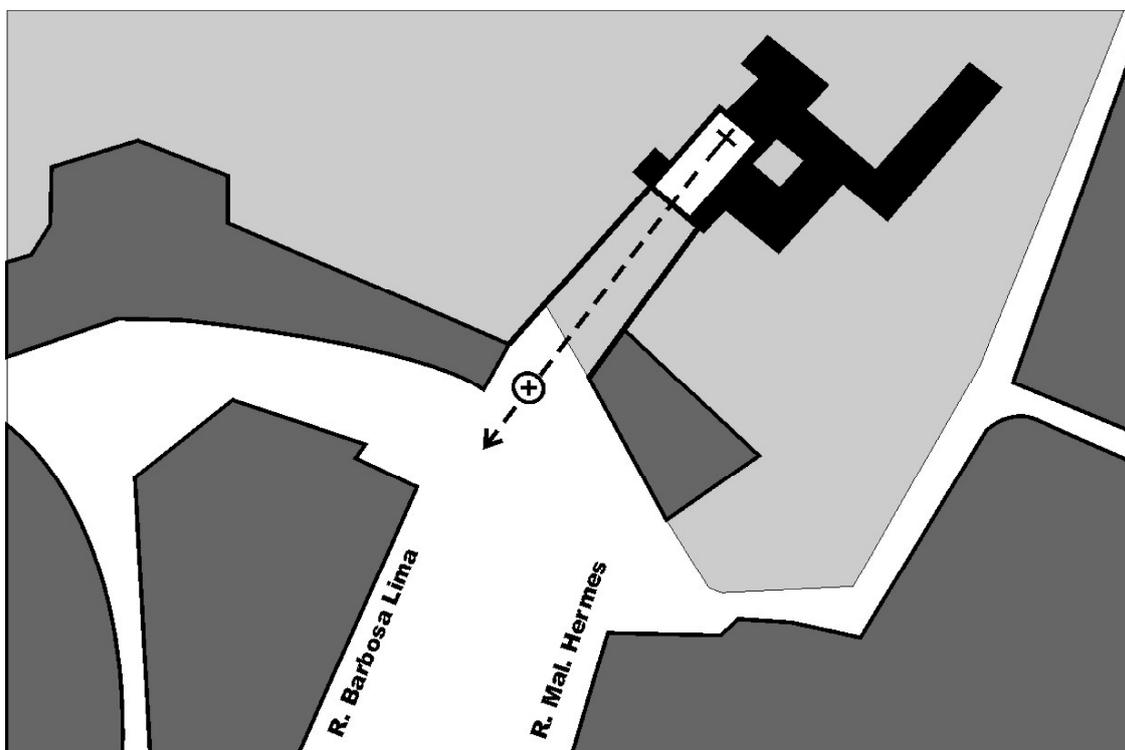


Figura 8: Convento franciscano de Igarassu e arredores. Observar a localização do cruzeiro, que, simultaneamente, marca o início do adro e o une ao principal largo do antigo tecido (entre as ruas Barbosa Lima e Marechal Hermes).
Fonte: Desenhado a partir de maps.google.com.



Figura 9: Convento franciscano de Igarassu e seu cruzeiro. Observar como o cruzeiro se lança para a frente, articulando igreja e adro à cidade.

Fonte: Fotografia do autor, 2013.

Perceba-se como, nos dois casos, a composição é arranjada de modo a garantir, simultaneamente, a maior proximidade em relação ao eixo definido pela igreja conventual; alguma proximidade em relação à própria igreja e a máxima visibilidade. Em outros pontos, esse equilíbrio se perderia – ou alcançando muita visibilidade à custa da diminuição do vínculo com a igreja, ou o fortalecimento deste vínculo, à guisa da diminuição da visibilidade. Fica evidente, portanto, a intenção de articular o conjunto à cidade, por meio do cruzeiro – numa expansão do sentido religioso semelhante a que ocorre nos aldeamentos. Nos exemplos a seguir, de geometria mais regular, tais intenções são mais evidentes.

O adro da igreja conventual dos franciscanos de Salvador tem um plano geral análogo aos anteriores (Figura 10). Nele, as laterais não são ocupadas por muros, nem por pequenas casas, mas por sobrados altos, em sua maioria com dois pavimentos superiores, o que confere a esse adro um aspecto incomum: ao mesmo tempo em que a impressão é de um espaço mais urbano, mais rico, a igreja se diferencia e se destaca menos das outras edificações, ficando mais integrada ao todo (Figura 11). O cruzeiro, de pequenas dimensões, relativamente pouco notado em meio à animação dos sobrados vizinhos, também contribui para que a fachada da igreja – que em si mesma é nobre e monumental – avance relativamente pouco sobre o espaço à sua frente.

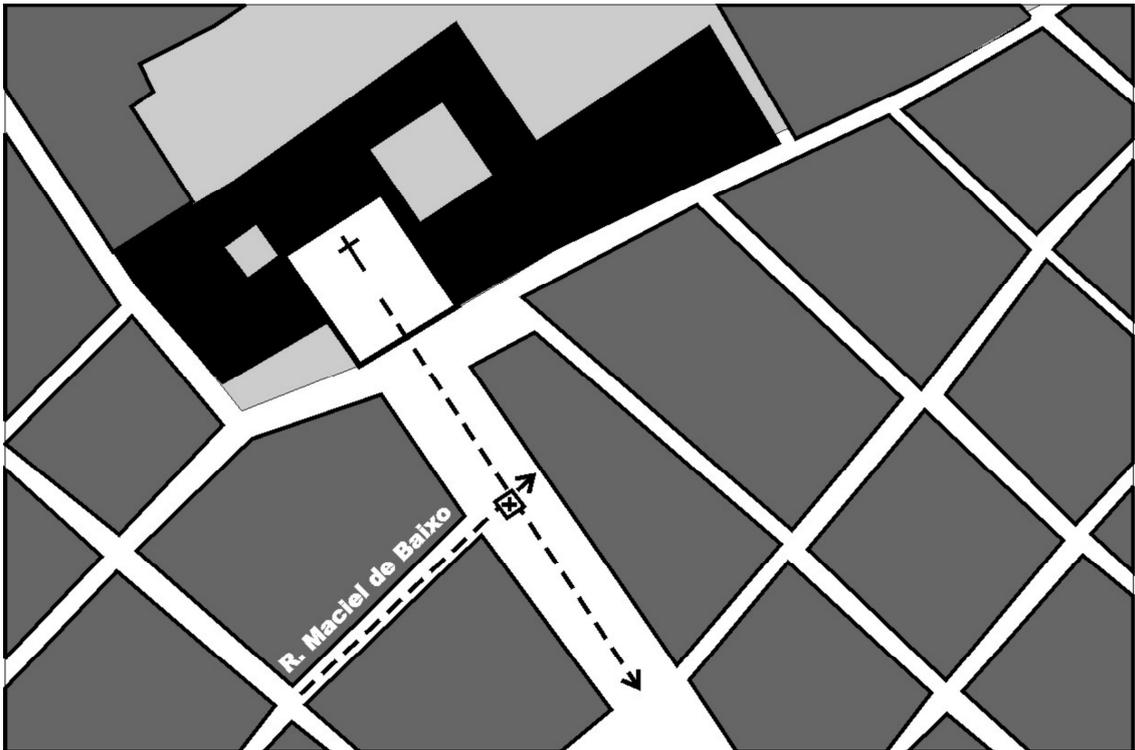


Figura 10: Convento franciscano de Salvador e arredores. Observar a localização do cruzeiro, que permite a visualização a partir da Rua Maciel de Baixo.
Fonte: Desenhado a partir de maps.google.com.



Figura 11: Adro do convento franciscano de Salvador. Observar como a escala dos sobrados se integra à da Igreja, diminuindo a proeminência do cruzeiro.
Autor: Fotografia do autor, 2008.

Contudo, o mesmo conjunto gera outras consequências. Seu cruzeiro, além de situado no eixo da igreja e do adro, como de costume, está também localizado no eixo de uma de suas travessas. Com isso, torna-se visível para quem vem pela rua Maciel de Baixo, antes que se possa ver o adro ou a igreja. Daí advém um primeiro efeito de orientação na malha urbana: andando por essa rua, e vendo-se o cruzeiro em seu ponto de fuga, sabe-se que se está indo ao adro, ao próprio convento. Mais importante é o segundo efeito: o convento faz-se *presente* num espaço de onde ele não seria visível; ele surge para as pessoas *antes* que elas cheguem ao adro. Em suma, o convento não está somente no adro onde se localiza fisicamente; ele se espalha pela cidade, através da hábil localização de seu cruzeiro⁹.

Se considerarmos ainda a implantação do convento, num ponto relativamente baixo de uma malha urbana bastante densa – o que faz com que, apesar de sua altura, ele não seja especialmente visível, diferentemente de outras igrejas com implantação mais favorável – o artifício para multiplicação da visibilidade e, assim, da presença, é especialmente útil.

O convento franciscano de João Pessoa é um desenvolvimento excepcional do *partido triádico*. O afastamento da igreja em relação à malha urbana antiga, da ordem de pouco mais de cem metros, permitiu a construção do adro *dentro* dos limites da antiga cerca conventual, com menos condicionantes e mais liberdade. O arranjo alcançado, trapezoidal, com lados convergentes que acentuam a perspectiva da igreja, faz que ela pareça maior do que é e, simultaneamente, que o adro pareça mais longo – o que aponta para a consciência dos efeitos espaciais desejados e para o domínio dos meios necessários para alcançá-los (Figuras 12 e 13).

No segmento do adro mais afastado do convento, houve parcelamento e ocupação. Suas laterais são ocupadas com edificações diversas, de diferentes momentos, e, em um dos lados, a linha que vem reta desde a fachada da igreja sofre uma deflexão para garantir sua articulação com o início da antiga rua Direita – que foi a principal da cidade entre os séculos XVII e XIX. O relevo é descendente na direção da igreja, e essa série de características o diferencia claramente do outro segmento, ascendente. Neste, não houve parcelamento, e as paredes laterais do adro são azulejadas, com uma série de nichos com cenas religiosas. As paredes são coroadas por volutas, cruzeiros e motivos decorativos, o que as integra à composição da própria fachada.

Assim, o longo adro, marcado pelo cruzeiro e compassado pelos nichos, potencializa o efeito apoteótico da fachada piramidal; todos os elementos se somam na narrativa que culmina na cruz do topo do frontão. Ao mesmo tempo, e mais que em todos os casos analisados, se explicita visualmente a concepção de que o adro é também sagrado – para além dos símbolos religiosos mais evidentes, a analogia entre cruzeiro e igreja é reforçada pela repetição da mesma forma bulbosa escalonada na base do primeiro e no coroamento da torre.

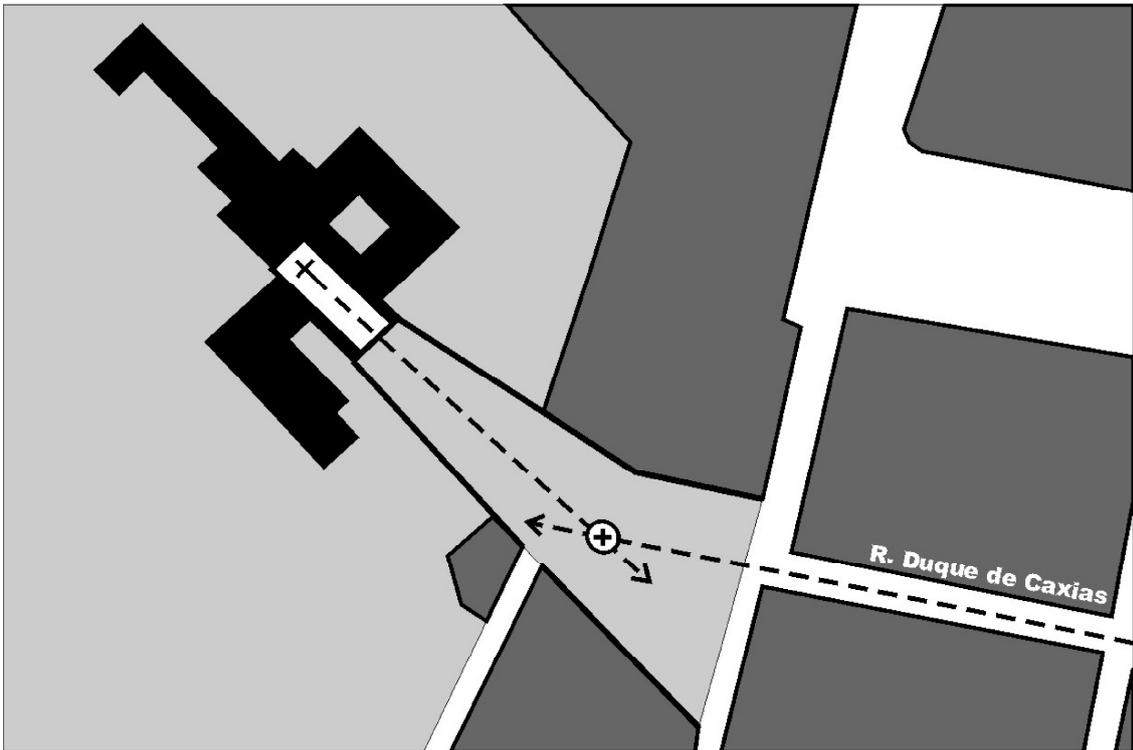


Figura 12: Convento franciscano de João Pessoa e arredores. Observar o formato trapezoidal do adro e a localização do cruzeiro, que permite a visualização a partir da Rua Duque de Caxias.
Fonte: Desenhado a partir de maps.google.com.



Figura 13: Adro do convento franciscano de João Pessoa. Observar a acentuação do efeito perspectivo resultante do formato trapezoidal.
Fonte: Fotografia do autor, 2008.

A troca de sentidos religiosos entre adro e convento alcança intensidade que poucas vezes encontra paralelo na arquitetura colonial brasileira; o primeiro como preparação para o segundo, o segundo como origem e fim dos sentidos do primeiro. Percebe-se, ainda, a relação entre a ausência de condicionantes urbanos (tanto programáticos, como nos aldeamentos, como fundiários, como em Salvador) e a possibilidade da construção da miríade de elementos de uma *retórica arquitetônica*.

Como se observa na Figura 12, o adro é implantado de forma oblíqua à cidade, provavelmente, para manter seu eixo no mesmo sistema ortogonal de todo o convento. O artifício utilizado foi manter o cruzeiro no eixo do adro, em conformidade com a tradição, porém o deslocando para longe da igreja, de forma que ele coincidissem com o eixo da rua Direita. Assim, em vez de se lançar sobre o vazio, a principal rua da cidade no século XVIII passou a ter por ponto de fuga, por fim e origem, o cruzeiro franciscano – como se observa na Figura 14. De forma mais expressiva que em Salvador (pelas dimensões da rua e do cruzeiro, que ampliam a extensão do efeito), por meio do cruzeiro o convento se articula à cidade, se faz visível e presente nela.



Figura 14: Cruzeiro franciscano como ponto de fuga da Rua Direita. Fotografia do fim do século XIX.
Fonte: Rodriguez, s.d., p.9.

Para garantir esse efeito, foi necessário um afastamento incomum em relação à igreja conventual (mesmo considerando a escala monumental costumeira dos conventos franciscanos), de cerca de 75m – por comparação, essa mesma distância é de cerca de 30m em São Cristóvão, 45m em Olinda, 50m em Salvador e 60m em Igarassu. Também não se hesitou em aumentar a escala do cruzeiro, que se tornou colossal – o que nos parece um meio de garantir sua relação com a igreja conventual e, ao mesmo tempo, a visibilidade a partir da rua Direita.

Assim, o convento de João Pessoa, costumeiramente apontado como ponto culminante de um desenvolvimento tipológico de fachadas iniciado em Cairu, um século antes, também se mostra como amadurecimento final de uma forma de agenciar espaços externos difundida pela província franciscana¹⁰.

Em síntese, considerando os quatro conventos analisados, verificamos que, em todos os casos em que se segue o *partido triádico*, o cruzeiro é utilizado como meio para articular e expandir a igreja não somente sobre o adro, mas especialmente em direção à cidade – situação mais ampla e complexa do que aquela verificada nos aldeamentos.

Capelas, igrejas e território

Entre os aldeamentos estudados, Jacoca e Preguiça localizam-se sobre os *tabuleiros*, terrenos quase planos, elevados em relação às bacias hidrográficas da região, e, portanto, limitados por encostas. Sua implantação é em declive suave. Para além da cabeceira aberta, continuam os terrenos de declive suave, num prolongamento do pátio que é caminho natural de expansão do aldeamento. Diferentemente, logo ao fundo da cabeceira fechada pela capela, há forte declive (Figura 15). Assim, a relação com o relevo reforça as ideias de fechamento/abertura correspondentes a cada uma das cabeceiras do pátio; reforça a capela enquanto origem e fim do aldeamento, para onde convergem e de onde partem seus sentidos e seus fluxos.



Figura 15: Declive aos fundos da igreja do antigo aldeamento da Preguiça.

Fonte: Fotografia do autor, 2007.

Assim, uma primeira possibilidade de relação entre aldeamento e território é a ligação física e continuidade espacial do conjunto igreja>cruzeiro>pátio por sobre os tabulei-

ros, através da cabeceira aberta. Continuidade que pode indicar o espaço sacralizado para além do pátio. Como os *tabuleiros* são lugar de parte importante do dia a dia do aldeamento, como as plantações de subsistência e as principais vias terrestres, (CARVALHO, 2008) trata-se, portanto, da articulação entre diferentes espaços do mesmo cotidiano, numa experiência que ganha sentido nas proximidades do lugar, no momento mesmo da entrada ou saída do pátio – e não a distância.

Outra relação do aldeamento com o território acontece na escala mais ampla da paisagem. Os mesmos conjuntos, vistos de longe, a partir dos vales dos rios ou de outros tabuleiros adjacentes, dominam o panorama que permanece escassamente edificado. O predomínio visual deve-se à implantação das capelas junto às encostas.

Nessa segunda possibilidade, não se trata mais da observação do morador, cotidiana e próxima; não se trata da continuidade visível entre cada um dos elementos do conjunto. Na paisagem à vista, todo o protagonismo é da capela, sem mediações, como se isolada. Aí, a possibilidade de expansão do sentido religioso sobre o território é mais evidente, essencialmente paisagística e visual, ao prescindir das mediações do movimento de entrada e saída do pátio. É a experiência mais provável para quem vem de mais longe, vendo o território a partir da escala maior de suas ribeiras.

As duas possibilidades coexistentes se apresentam de forma análoga para os conventos, quando estes têm implantação próxima a desníveis no terreno – a exemplo do que acontece em João Pessoa, Olinda e Salvador –, situação em que os grandes volumes edificados se somam às igrejas, na paisagem, ao tempo em que seus adros se expandem pela cidade.

Trazemos à atenção um caso excepcional: o convento do Rio Paraguaçu, próximo à Baía de Todos os Santos. Datado da segunda metade do século XVII, o convento do Paraguaçu, apesar de próximo a uma pequena povoação, tem inserção eminentemente não urbana, voltada para o Rio Paraguaçu, no trecho em que este se alarga, formando o lagamar do Iguape. À igreja conventual se antepõem o adro, murado nas laterais, e o respectivo cruzeiro – configurando o arranjo que enfocamos (Figura 16).

Estando o convento implantado sobre um pequeno promontório, o adro é escalonado para vencer o aclive entre a margem do rio e a galilé. A exemplo do que aconteceria em João Pessoa no século seguinte, os muros laterais são ritmados por numerosos elementos esculpidos – neste caso, coruchéus e volutas – o que participa de sua integração à fachada, cuja decoração repete tais elementos (Figura 17).

À época da construção do convento, a navegação no rio Paraguaçu era a principal forma de comunicação entre seu rico *hinterland*, produtor de açúcar, e a cidade de Salvador; barcos de diferentes tamanhos eram também a melhor forma de transporte entre os diversos núcleos de povoação ao longo desse trecho do rio¹¹. Naquele contexto

de absoluta naturalidade, e mesmo preponderância, do rio enquanto *caminho*, foi possível conceber o conjunto para ser visto e alcançado a partir da água. Nas palavras de Paulo Ormino de Azevedo (2010, p. 78), “[...] as ruínas do convento nascem das águas do Iguape”.

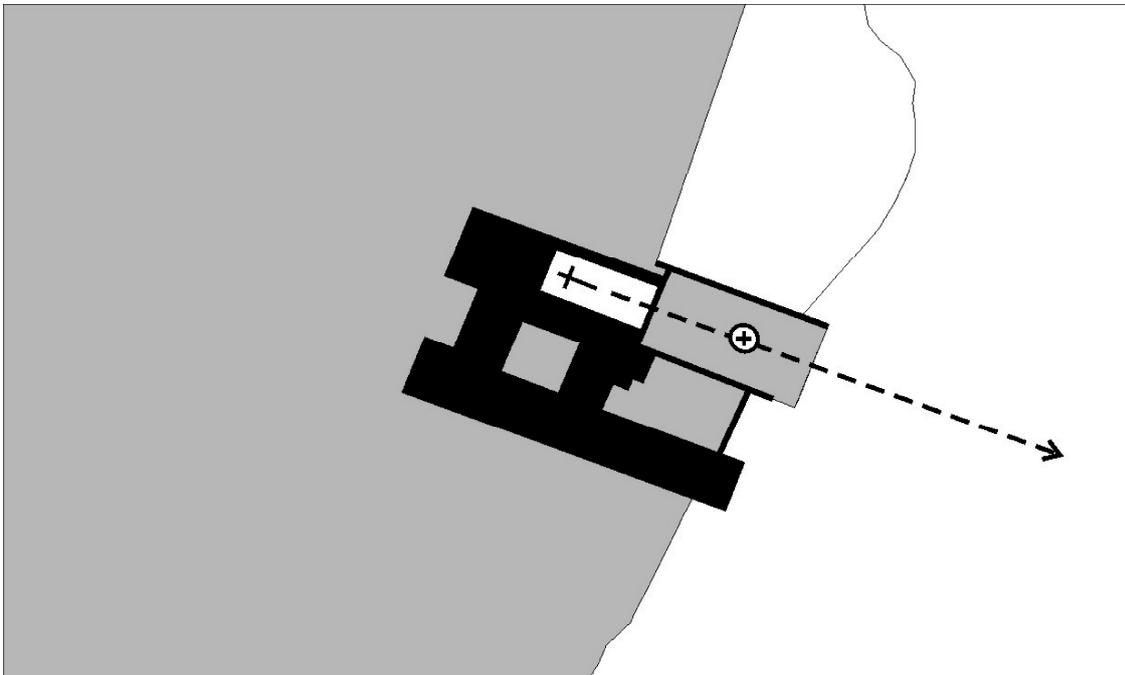


Figura 16: Convento franciscano do Rio Paraguaçu e arredores. Observar o adro voltado para o rio e o necessário percurso contornado o cruzeiro.
Fonte: Desenhado a partir de maps.google.com.

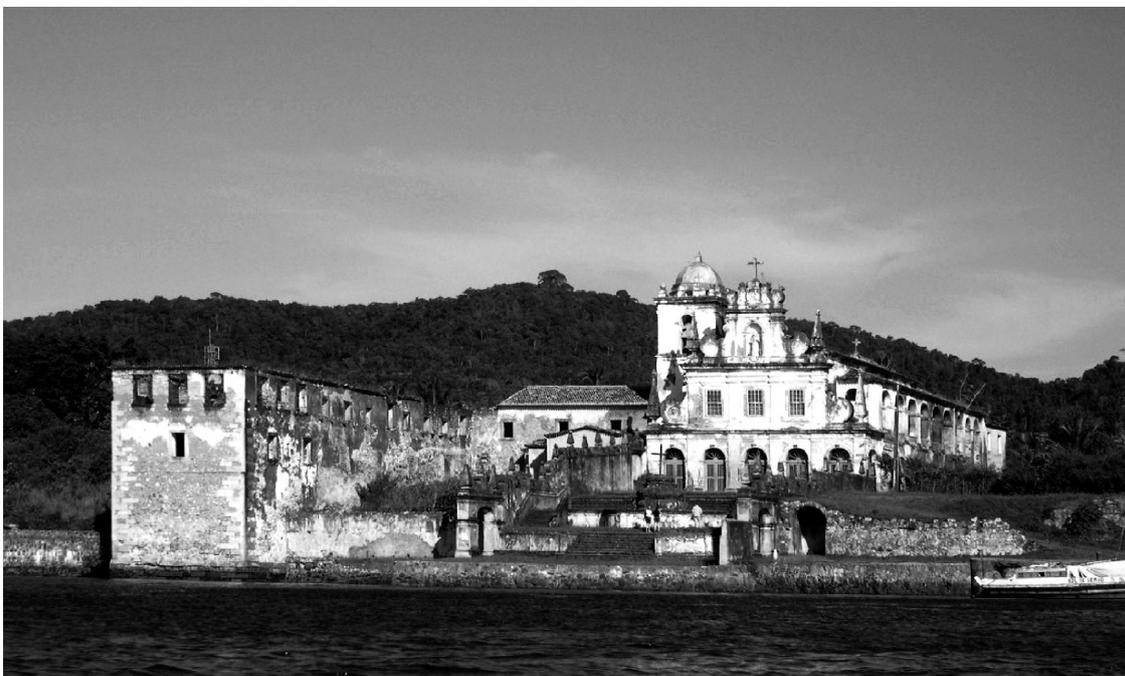


Figura 17: Convento franciscano do Rio Paraguaçu visto a partir do rio.
Fonte: Fotografia do autor, 2009.

Defendemos a intencionalidade da visualização a partir do rio por observar que o conjunto de fachada-adro-cruzeiro não é abarcado pelo olhar de qualquer pessoa em terra (Figura 18). Os muros impedem a visualização do adro por quem esteja nas laterais deste. E uma vez que se adentra o espaço, o desnível dos patamares não permite que se veja a igreja como um todo. O próprio acesso ao adro, feito exclusivamente pelas laterais, abre mão da perspectiva centralizada que o arranjo simétrico sugere. Não bastassem tais efeitos, há o volume do dormitório, que avança decididamente sobre a água, a confirmar a relação com ela.



Figura 18: Convento franciscano do Rio Paraguaçu. Observar a dificuldade de visualização da igreja a partir do adro.

Fonte: Fotografia do autor, 2009.

Assim, o percurso pelo qual o observador é conduzido, que inclui um caprichoso arranjo de escadarias que força que se contorne o cruzeiro, (CAMPELLO, 2001, p. 69) só é completo quando começa sobre um barco, na água, ponto inicial onde se percebe a unidade do conjunto. Tal sentido só é retomado quando se chega ao nível da galilé: daí se vê a unidade entre o recinto do adro e o recinto maior do lagamar (Figura 19).



Figura 19: Lagamar do Iguape visto a partir do adro do convento franciscano do Rio Paraguaçu.
Fonte: Fotografia do autor, 2009.

O convento do Paraguaçu sintetiza num único efeito as duas relações com o território estabelecidas por aldeamentos e conventos. As sucessivas articulações entre igreja, cruzeiro e adro se expandem pelo lagamar junto com o indivíduo que chega ou sai; assim como a inteireza do conjunto marca a paisagem, para o mesmo observador, quando mais distante. Não há situações alternativas entre a visada a partir do tabuleiro *ou* do vale; entre articulação com cidade *ou* com território; em lugar do pátio que dava as costas à paisagem e se abria à planície, aqui temos um adro aberto ao lagamar, *que é a própria paisagem*, que é a única possibilidade, integradora de todas.

A forma voltada para expressividade, planejada para atingir seus efeitos a partir de um campo visual restrito, e dependente de uma perspectiva escolhida, dá tal caráter cênico ao Convento do Paraguaçu, que torna inevitável a discussão do caráter barroco dos espaços estudados – objeto da conclusão deste ensaio.

Movimento, infinito, teatro, persuasão

Juntamente com o *plano geral* que compartilham, os pátios e adros analisados têm alguns elementos comuns, entre os quais apontamos inicialmente: a forma aberta; a articulação de sucessivos elementos de diferentes naturezas e escalas; a focalização na igreja ou capela; e os movimentos de atração e expansão, que por vezes tendem ao infinito.

Tomando como parâmetro uma concepção clássica e puramente formal de Barroco – a de Heinrich Wölfflin (1984) –, a forma aberta seria o elemento barroco identificável nos conjuntos analisados. Contudo, ao considerarmos a conceituação mais ampla de Christian Norberg-Schulz, que leva em consideração a relação dos artefatos com a sociedade que os produz, evidencia-se uma forte identidade entre a teoria e os casos:

Os dois aspectos aparentemente contraditórios do fenômeno barroco, sistematicidade e dinamismo, formam uma totalidade significativa, já que persuasão e propaganda só têm sentido em relação a um centro que representa os axiomas básicos do sistema. Os centros religiosos, científicos, econômicos e políticos do século XVII eram focos de forças irradiadoras, que vistas do próprio centro, não tinham limites espaciais; elas tinham um caráter aberto e dinâmico. Partindo de um ponto fixo, elas poderiam ser infinitamente estendidas [...] O sistema resultante, absoluto, mas aberto e dinâmico, era fundamental para a era barroca. (NORBERG-SCHULZ, 1981, p. 149, tradução nossa)

A partir desse posicionamento, o caráter barroco dos lugares analisados se insere num tempo, cultura ou universo. Não por acaso, os autores em que nos apoiando para a análise, que estão fortemente preocupados com o contexto social e cultural dos espaços, compartilham dessa concepção ampliada de barroco, ao olharem para seus objetos:

[...] a ideologia da propaganda pela pedagogia missionária através de um planejamento espacial e temporal obedecia naturalmente a imagens vinculadas pelas procissões, encenações teatrais, verdadeiras festas barrocas [...] revelando o sentido de teatralização. (BARROS, 1995, p. 103)

O uso do espaço do aldeamento é o primeiro instrumento da transformação desejada. Constitui-se num uso teatral, que encontra sua origem na pedagogia jesuíta, na qual a teatralidade é concebida como instrumento que ensina o caminho da salvação [...] A visão cristã de mundo substitui pouco a pouco a visão de mundo indígena. Tanto os missionários como os aborígenes são os atores da mudança e da teatralidade barroca. O espaço aberto da praça central, cercada pelas varandas ao longo das casas, constituía uma espécie de palco onde, todos os dias, atores e espectadores se confundiam. (TEIXEIRA, 2009, p.92)

Além do *convencimento*, Clara Barros e Rubenilson Teixeira enfatizam o sentido de *teatralidade* a ele vinculado – dois aspectos, além daqueles levantados no início do item, que também constituem fundo comum aos conjuntos analisados.

Enquanto *persuasão* é conceito central para a concepção de Barroco de Giulio Carlo Argan (2004), o *teatro* é um dos fios condutores do pensamento de José Antonio Maravall (1997) sobre o tema. Em trabalho teórico recente, que retoma e explora as categorias destes autores, Rodrigo Baeta apresenta uma síntese operativa de tais concepções:

Por meio do artifício da imaginação e da fantasia, logo da dramatização e da teatralização das expressões visibilísticas, os artistas, comprometidos com as monumentais estruturas de poder, construiriam um sedutor discurso de alto teor retórico que revelaria, simbolicamente, o caráter e a dimensão sobrenaturais da Igreja e dos impérios absolutistas. (BAETA, 2012, p. 207)

A partir do pensamento do conjunto de autores citados, concluímos que, independentemente de estarem baseados numa arquitetura singela ou monumental, os conjuntos estudados têm caráter eminentemente Barroco, por sua busca da *persuasão* e seu uso da *teatralidade*, que se expressam espacialmente num arranjo *aberto, focado, expansivo e de articulação complexa*.

Juliano Loureiro de Carvalho. Arquiteto e urbanista (UFPB, 2005), mestre em conservação e restauro (UFBA, 2008), trabalhou na Superintendência do Iphan em Sergipe (2009-2012). Atualmente, integra a equipe da Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal. Tem experiência em pesquisa em história da arquitetura e do urbanismo no Brasil, bem como na realização de inventários, planejamento, projetos e obras voltados para o patrimônio cultural edificado.

Notas

- 1 As conclusões da autora são citadas a partir de artigo recentemente publicado, mas provêm de estudo anterior: *A cidade Marechal Deodoro: do projeto colonizador português à imagem do “lugar colonial”*. Porto, 2006. Tese (Doutoramento em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto.
- 2 Aldeamento da Jacoca (invocação de N. S. da Conceição): atividade missionária iniciada em 1593, com os franciscanos; posteriormente, também teve missionário beneditino. Aldeamento dos Cariris de Fora (invocação de N. S. do Pilar): atividade missionária iniciada com índios trazidos do sertão por missionários seculares, em data incerta; em 1705 estava com os franciscanos. Aldeamento da Preguiça (invocação de N. S. dos Prazeres): atividade missionária iniciada em data incerta; em 1738 estava com os carmelitas. (CARVALHO, 2008)
- 3 Os outros dois aldeamentos paraibanos transformados em vilas no mesmo contexto – N. S. da Assunção (Aratagui) e São Miguel (Baía da Traição) – têm arranjo um pouco diferente: a disposição geral é trapezoidal; a igreja fica em um eixo paralelo a um dos lados do trapézio, desvinculada do outro lado; e é possível que a cabeceira oposta fosse fechada.
- 4 A forma atual deste último resulta das transformações ocorridas depois de sua conversão em vila. (TEIXEIRA, 2009, p. 526)
- 5 A partir daqui, usa-se o termo igreja para fazer referência à capela do aldeamento, de forma a evitar confusão com o termo capela-mor.
- 6 Algumas das estratégias descritas também podem ser observadas em núcleos com outros arranjos físicos. Contudo, acreditamos que, em tais casos, cada diferença nos espaços implica efeitos também sutilmente diferentes.
- 7 Assim como parece haver um paralelo entre os pátios dos aldeamentos franciscanos e os adros de seus conventos, seria profícuo investigar a relação das missões jesuíticas com as praças fronteiras aos seus colégios, em que também parece haver uma analogia, baseada na forma mais larga e tendente ao fechamento.
- 8 A exceção é o Convento de Santo Antonio do Rio Paraguaçu, com sua implantação não urbana, que será tratado à parte.
- 9 Em São Cristóvão, utiliza-se mesmo efeito, duplicado: o cruzeiro é o ponto de fuga das ruas Frei Santa Cecília e Pai Thomé, ao tempo em que permanece no eixo da igreja conventual.
- 10 A fachada da igreja conventual de Cairu, semelhante e pouco anterior à do Paraguaçu, seria matriz para a construção ou reconstrução das fachadas de boa parte dos conventos da província a partir de então. O exemplar da Paraíba é reconhecido generalizadamente, na bibliografia, como o mais maduro entre seus descendentes. (BAZIN, 1983, p. 155-156; SOUSA, 2005, p.126; CAMPELLO, 2001, p. 46)
- 11 Mesmo hoje, o melhor acesso ao convento é por via fluvial, e as pequenas embarcações são numerosas.

Referências

- ARAUJO, Renata Malcher de. A costa. In: MATTOSO, José (Dir.). *Patrimônio de origem portuguesa no mundo. Arquitetura e urbanismo. V. 1. América do Sul*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e persuasão. Ensaios sobre o barroco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Ruínas do convento e igreja de Santo António (Paraguaçu). In: MATTOSO, José (Dir.). *Patrimônio de origem portuguesa no mundo. Arquitetura e urbanismo. V. 1. América do Sul*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- BAETA, Rodrigo Espinha. *O barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII*. Salvador: UFBA, 2010.
- BAETA, Rodrigo Espinha. *Teoria do barroco*. Salvador: UFBA, 2012.
- BARROS, Clara Emília Monteiro de. *Aldeamento de São Fidélis*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- BAZIN, Germain. *A Arquitetura religiosa barroca no Brasil*, 2t. Rio de Janeiro: Record, [1983].
- BRENNNA, Giovanna Rosso del. Medieval ou Barroco? Proposta de leitura do espaço urbano colonial. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 12, p. 141-146, 1982/1983.
- CAMPELLO, Glauco de Oliveira. *O brilho da simplicidade. Dois estudos sobre arquitetura religiosa no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/ Departamento Nacional do Livro, 2001.
- CARVALHO, Juliano Loureiro de. *Formação territorial da Mata Paraibana, 1750-1806*. Salvador, 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.
- CATARINO, Acácio José Lopes. Entre a Cruz do Patrão e o Palácio da Liberdade. In: OLIVEIRA, Carla Mary; MEDEIROS, Ricardo Pinto de (Org.). *Novos olhares sobre as Capitânicas do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: UFPB, 2007.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 2004.
- FERRARE, Josemary Omena Passos. Do projeto colonizador português ao “lugar colonial”: o ideário religioso no espaço e imagem urbana de Marechal Deodoro – AL. In: JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro; MOURA FILHA, Maria Berthilde (Org.). *Cidades, vilas e territórios. O Brasil do século XVIII*. João Pessoa: UFPB/PPGAU, 2012.
- MARAVALL, José Antonio. *A cultura do barroco*. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial, 1997.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde. Registros dos franciscanos em Pernambuco e Paraíba: arquitetura e identidade. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (Coord.). *Os franciscanos no mundo Português. Artistas e obras. V. I*. Porto: CEPESE, 2009.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Meaning in Western Architecture*. Nova Iorque: Rizzoli International, 1981.
- KATINSKY, Julio Roberto. Povoados, vilas e cidades do Brasil colonial. *Desígnio*, São Paulo, n.1, p. 81-92, mar. 2004.
- RODRIGUEZ, José de Nazareth (org.). *2 séculos da cidade. Passeio retrospectivo 1870 – 1930*. João Pessoa, Interplan, s.d.
- SOUSA, Alberto. *A invenção do barroco brasileiro. A igreja franciscana de Cairu*. João Pessoa: UFPB, 2005.
- TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da cidade de deus à cidade dos homens. A secularização do uso, da forma e da função urbana*. Natal: UFRN, 2009.
- TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil*. Lisboa: Horizonte, 1999.
- VIDE, Sebastião Monteiro da (Dom). *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2007.
- WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da história da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.